

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 466.861 - PR (2014/0015613-8)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A - URBS**
ADVOGADOS : **OLON BRASIL JUNIOR - PR036738**
 HELOISA RIBEIRO LOPES E OUTRO(S) - PR055842
AGRAVADO : **FLÁVIO PANSIERI**
ADVOGADOS : **FLAVIO PANSIERI E OUTRO(S) - PR031150**
 DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS - PR057666

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A. – URBS contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ fl. 303):

APELAÇÃO CÍVEL MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE DECLAROU AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DA URBS PARA APLICAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO. EFEITO EX NUNC. ADIN QUE PRODUZ EFEITOS APENAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO (28/09/2011). INFRAÇÃO VERIFICADA EM DATA ANTERIOR A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO, SENDO EXPEDIDA A NOTIFICAÇÃO EM DATA POSTERIOR. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA O ATO. NULIDADE VERIFICADA. SEGURANÇA CONCEDIDA. RECURSO PROVIDO.

No especial obstaculizado, a recorrente apontou violação do art. 27 da Lei 9.868/1999.

Defendeu, em suma, a validade e eficácia dos atos praticados pela URBS, decorrentes do auto de infração em comento, visto que ocorridos em momento anterior à publicação do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça no julgamento da ADI 52.764-2, o qual declarou a sua incompetência para a aplicação de multas de trânsito.

Aduziu que (e-STJ fl. 321) "os demais atos que decorrem da autuação válida são mero exaurimento do procedimento, uma vez que a infração de trânsito foi verificada no momento em que a URBS ainda poderia exercer o policiamento de trânsito".

Sem contrarrazões.

O apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o artigo de lei não foi prequestionado (Súmulas 211 do STJ e 282 do STF).

No presente inconformismo, o agravante insurge-se contra a aplicação, ao caso, dos óbices mencionados na decisão agravada, e, no mais, reitera os

Superior Tribunal de Justiça

argumentos delineados no recurso especial.

Contraminuta apresentada.

Parecer emitido pelo *Parquet* federal pelo desprovimento do agravo.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado 2).

Considerado isso, no que toca à alegação de contrariedade do art. 27 da Lei 9.868/1999, verifica-se que o presente apelo nobre carece do requisito constitucional do prequestionamento.

Conquanto não seja exigida a menção expressa ao dispositivo de lei federal, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Corte de origem tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.".

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator